



BE leva Assembleia a tentar manter Provedoria de Justiça nos Açores

Por iniciativa do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, a Assembleia Legislativa dos Açores vai recomendar à Assembleia da República e à Provedoria de Justiça que tomem as devidas diligências no sentido de garantir que a extensão da Provedoria de Justiça nos Açores não seja extinta.

O objectivo é impedir que deixe de haver um representante directo da Provedoria de Justiça nos Açores, como pretende o actual responsável por esta entidade, sob o pretexto de constrangimentos orçamentais.

Zuraida Soares salienta que “o Bloco de Esquerda reconhece a necessidade e a urgência de haver cortes orçamentais no País, mas exige que estes cortes sejam criteriosos, e que sejam estabelecidas prioridades claras e transparentes”, lembrando que no caso da extinção da extensão da Provedoria de Justiça nos Açores nem estão provados os ganhos em termos orçamentais.



Bloco critica escolha de Duarte Ponte para EDA

No seguimento da declaração política do PCP, a líder da bancada do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda criticou a escolha de Duarte Ponte para o cargo de administrador da EDA - empresa de electricidade dos Açores - devido à sua actuação enquanto ex-secretário regional da Economia, no âmbito da Comissão de Inquérito ao processo de construção dos navios Atlântida e Anticiclone pelos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Isto porque, recorde-se, apesar de ter sido o responsável político pelo início do processo de construção dos navios, Duarte Ponte recusou-se a prestar esclarecimentos aos deputados, preferindo enviar apenas um documento escrito.

“Duarte Ponte desrespeitou esta Assembleia, ao recusar-se a dar um contributo para o apuramento da verdade de todo o processo de construção dos navios”, disse Zuraida, acrescentando que a sua resposta escrita foi “uma vergonha”.

Grupo Parlamentar Bloco de Esquerda / Açores

Telefone: 296 204 250

E-mail: blocoacores@gmail.com

Site: acores.bloco.org

Plenário de Junho

Assembleia Legislativa dos Açores



Grupo Parlamentar
Bloco de Esquerda / Açores



Partidos que assinaram memorando da 'troika' esconderam as suas consequências concretas

Na declaração política do plenário de Junho, a líder da bancada do Bloco de Esquerda acusou os partidos que assinaram o memorando da 'troika' – PS, PSD e CDS – de esconderem as implicações concretas das medidas nele previstas, que, no entanto, “não tardarão a ser conhecidas e duramente sentidas”.

Zuraida Soares procurou também conhecer a posição do PSD – vencedor das últimas eleições – relativamente a questões importantes para o futuro dos Açores: “Vai o PSD repor, no imediato, os 5% devidos às Autarquias dos Açores?”, ou “Como vai o PSD defender os aeroportos dos Açores, propriedade da ANA, após a privatização desta empresa?” foram algumas das perguntas formuladas.

A deputada do BE questionou ainda a bancada do PSD sobre o futuro da RTP/Açores e sobre as contrapartidas para a Região, no âmbito da futura renegociação do acordo da Base das Lajes.

Nenhuma das perguntas obteve resposta por parte do PSD/Açores.

Congelamento de salários e de reformas – que pela inflação prevista significa a sua redução –, redução das prestações sociais, aumento de impostos, facilitação do despedimento e redução da respectiva indemnização: “Estas são algumas das medidas contempladas no acordo, as quais trarão às casas dos portugueses e portuguesas mais sofrimento e um corte radical nas suas condições de sobrevivência”, disse Zuraida Soares, garantindo que o Bloco de Esquerda continuará a apresentar políticas alternativas, que combatam o desemprego e a recessão.

BE questiona Governo sobre custos do GACS

No seguimento do debate sobre o Gabinete de Apoio à Comunicação Social (GACS), e respondendo a um desafio lançado pelo secretário regional da Presidência, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda entregou um requerimento questionando o Executivo sobre os gastos anuais e sua evolução recente, e sobre os recursos humanos afectos a este gabinete.

A iniciativa do Bloco de Esquerda foi anunciada no próprio plenário pela deputada Zuraida Soares, depois de a bancada do PS ter revelado que não aprovaria o projecto de resolução do PPM com o mesmo objectivo, e tendo o secretário da Presidência garantido que as informações seriam disponibilizadas perante a apresentação de um requerimento.

Antes, Zuraida Soares já havia lembrado que “quem não deve não teme”, estranhando a posição do Governo, suportada pelos deputados do PS: “Porque é que o Governo não quer apresentar um relatório anual sobre estes aspectos?”, perguntou.

